

# A EXPANSÃO CHINESA E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: O CASO DE ANGOLA

Autora: Valéria Lopes Ribeiro

**RESUMO:** O artigo analisa a repercussão nos países africanos, em especial em Angola, da expansão chinesa recente relacionada à entrada do país em um novo ciclo expansivo. Neste ciclo recente a China assume cada vez mais a posição de pólo mundial de demanda por artigos primários contribuindo para mudanças fundamentais no comércio internacional e para a inserção dos países periféricos primários exportadores, entre eles os países africanos. O trabalho argumenta que a retomada do crescimento africano (e angolano) tem forte relação com as transformações da conjuntura externa causadas pela expansão chinesa na última década. Além disso, o quadro angolano recente é também moldado pela aproximação da China através da expansão dos investimentos e fluxos financeiros para o país. A partir desta mudança conjuntural o artigo procura discutir ainda as transformações internas e limites ao desenvolvimento angolano nos anos recentes.

## 1) Introdução

Na primeira década do século XXI a China deparou-se com um desafio importante para manutenção do crescimento econômico. Tal desafio relaciona-se à necessidade de atender a demanda interna por bens primários que cresce a partir da entrada do país em um novo ciclo expansivo baseado principalmente na indústria pesada.<sup>1</sup>

Atualmente a China é um país altamente industrializado (48% do PIB chinês em 2006, WDI) e desde 2001, no Décimo Plano Quinquenal, afirmou-se um novo ciclo expansivo impulsionado pelos investimentos em infraestrutura. Além da expansão da indústria pesada, observa-se o aumento da indústria automobilística e do consumo de automóveis no mercado interno.

Este ciclo atual de crescimento pressupõe uma ampliação da utilização de insumos primários, desde matérias-primas para indústria, como minério de ferro e cobre, até recursos energéticos essenciais, como o petróleo.

---

<sup>1</sup> A expansão da indústria foi a via pela qual a China conseguiu levar adiante o crescimento econômico desde os projetos industrializantes pós Revolução Comunista até as reformas implementadas por Deng Xiaoping. O grande contingente de população rural e a reduzida área agricultável impuseram a necessidade de expandir a indústria, principalmente aumentando a produtividade, seja para absorver o excedente, seja para aumentar a própria produtividade agrícola. Investimentos em infraestrutura e em máquinas e equipamentos foram o motor da atividade industrial. (MEDEIROS, 2009).

Diante desse imperativo relacionado ao acesso a bens primários, o governo chinês e as empresas estatais vêm promovendo diversas abordagens em regiões que dispõem de amplos recursos naturais, como a América Latina e a África. O interesse no acesso a recursos primários e energéticos vem motivando o estímulo à importação e expansão dos Investimentos Diretos em diversos países destas regiões com implicações importantes para diversos países periféricos, entre eles os países africanos.

Desde o início dos anos 2000 os países africanos têm visto suas exportações de artigos primários aumentarem substancialmente a partir do aumento da demanda chinesa. Além da expansão do volume exportado observa-se um aumento dos preços dos bens primários que favorece as exportações, instaurando uma conjuntura marcada pela melhora dos termos de troca. Além disso, as empresas chinesas expandem-se para diversos países da África, ampliando os fluxos financeiros e a ajuda externa ao continente.

Na primeira década do século XXI os países africanos apresentaram uma melhora importante dos resultados econômicos e do quadro macroeconômico, ainda mais significativo quando comparado ao contexto das últimas décadas do século XX, período em que a África como um todo sofreu os efeitos adversos das transformações da ordem econômica internacional dos anos 70 e seus desdobramentos nos anos 80 e 90, quando o continente foi ainda mais afetado pelos programas de ajuste estrutural implementados pelas instituições financeiras internacionais.

O objetivo deste trabalho é analisar como a expansão chinesa relacionada ao acesso a matérias-primas vem promovendo uma mudança importante do comércio internacional que repercute profundamente nos países periféricos, entre eles os países africanos. Pretende-se investigar como a África, em especial Angola, vem inserindo-se nesta nova conjuntura marcada pela expansão da China via comércio, investimentos e ajuda externa. O artigo está dividido da seguinte forma: além desta Introdução a seção 2 apresenta alguns apontamentos teóricos sobre a recente expansão chinesa e a inserção dos países periféricos; a seção 3 apresenta a expansão chinesa e seus impactos em Angola via comércio, investimentos e ajuda externa; a seção 4 discute as repercussões no quadro macroeconômico angolano e as mudanças internas. A seção 5 aponta algumas conclusões.

## **2) A expansão chinesa recente e a inserção externa dos países periféricos na economia internacional**

O crescimento da China nos anos recentes, marcado pela entrada do país em um novo ciclo de expansão, vem contribuindo para afirmação do país como pólo importante de demanda mundial por recursos primários tanto minerais como agrícolas e energéticos. A esta atual posição soma-se outra já fortemente estabelecida pelo país ao longo dos anos: a de grande produtor e exportador global de artigos manufaturados diversos.

Esta expansão da demanda chinesa por primários apresenta-se nos anos recentes como um fator importante na explicação da alta nos preços internacionais de algumas matérias-primas e também do alto volume exportado destes bens, em um movimento que já dura ao menos uma década.

Entre 2001 e 2011 observa-se o crescimento geral dos preços dos bens primários, não apenas dos combustíveis, como petróleo, mas também dos metais e minerais e produtos agrícolas como algodão, soja e madeira.<sup>2</sup> (Unctad, 2013).

Como ressalta Jenkins (2011) a China tem papel importante na alta dos preços dos bens primários, uma vez que a participação do país na demanda global deste tipo de produto é alta, principalmente para alguns produtos primários específicos. Desse modo, o efeito China, isto é, o impacto da maior demanda do país no aumento dos preços internacionais, pode ser observado para preços de produtos minerais e também para preços de produtos primários como soja e sementes oleaginosas, dada a alta participação da China no consumo global. (JENKINS, 2011).

Considera-se, nesse sentido, que o aumento da demanda chinesa por bens primários tem implicações importantes para a conjuntura externa, pois contribui para o aumento dos preços de alguns artigos primários comercializados internacionalmente, produzidos principalmente por países periféricos, além de contribuir para o aumento do volume total exportado destes bens.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Entre 2001 e 2011 observa-se o crescimento geral dos preços dos bens primários, não apenas dos combustíveis, como petróleo, mas também dos metais e minerais e produtos agrícolas como algodão, soja e madeira. Comparado aos anos 90 os preços aumentam consideravelmente na primeira década do século XXI. Artigos como Minério de ferro, Cobre, Alumínio, Zinco, Soja e Algodão, tiveram aumentos substanciais de seus preços entre 2000 e 2010 de cerca de 233.8%, 400%, 66%, 147%, 176%, e 207% respectivamente. A parcela da oferta mundial absorvida pela China destes produtos chegou a 65% do total em 2012 no caso do Minério de ferro, 30% no caso do cobre e 50% de Soja. (UNCTAD, Unctad Stat, 2013)

<sup>3</sup> É importante ressaltar, como faz Jenkins (2011), que a demanda chinesa não é o único fator que afeta o aumento dos preços dos bens primários nos últimos anos. Outros mercados de produtos básicos também cresceram a partir da demanda de outros países, em produtos primários que a China não importa. Fatores ligados a oferta como clima, custos de insumo, descoberta de novas reservas também influenciam nos preços dos bens primários. Além disso, fatores de ordem especulativa também tem contribuição para o aumento dos preços dos bens primários. Apesar de todos estes

Além do efeito China sobre os preços dos bens primários, outro efeito importante do crescimento do país na economia internacional se dá via custo dos artigos manufaturados. O grande volume e as melhores condições de custo da produção chinesa contribuem para a manutenção dos preços internacionais de bens manufaturados a níveis baixos<sup>4</sup>.

A partir destas considerações é possível afirmar que a expansão chinesa mais recente contribui para o aumento dos preços relativos dos artigos primários e para uma reversão nos termos de intercâmbio, principalmente a partir dos anos 2000. Isso ocorre tanto pelo efeito da demanda chinesa no aumento dos preços dos bens primários como pelo efeito custo na manutenção dos preços dos bens manufaturados a níveis baixos. Além disso, a demanda chinesa contribui como fator importante no aumento substancial do volume exportado dos bens primários.

Esta alteração dos termos de troca tem promovido mudanças importantes na conjuntura internacional e na forma de inserção das economias periféricas primário-exportadoras.

Como se sabe, na literatura econômica - a partir de um enfoque estruturalista, principalmente segundo Prebisch (1949) - o debate sobre a inserção das economias periféricas e as possibilidades de desenvolvimento estiveram sempre vinculados a uma postura bastante crítica com relação aos limites do crescimento baseado na especialização primário exportadora. Tendo como foco o processo de transição das economias latino americanas nos anos 50, a ideia força de Prebisch destaca a forma específica por meio da qual as economias periféricas transitam lentamente rumo à modernização e industrialização a partir de condições distintas e de um processo produtivo que se dá sobre uma estrutura econômica e institucional diversa daquela observada nos países do centro. (PREBISCH, 1949; RODRIGUEZ, 2009; BIELSHOVISKY, 2000).

O diagnóstico de Prebisch estava dirigido, portanto, à identificação de uma heterogeneidade estrutural presente nas economias periféricas que era inibidora da acumulação de capital e impedia a incorporação da oferta de trabalho abundante. Ao lado desse diagnóstico Prebisch identificou os

---

fatores é possível afirmar que o efeito China tem papel explicativo importante no aumento dos preços dos bens primários, principalmente no caso dos minérios, já que a demanda chinesa deste tipo de produto é considerável.

<sup>4</sup> Este efeito ocorre a partir da dificuldade dos países produtores de bens industrializados em manter a níveis elevados os preços nominais em dólar dos artigos industrializados, dada a forte competição com o custo em dólar mais barato do trabalho na produção industrial chinesa voltada para exportação. Esta competição com a produção chinesa faz com que o poder de barganha dos trabalhadores dos países centrais fique reduzido, contribuindo para manter em níveis baixos os preços internacionais dos artigos manufaturados. Entre 1994 e 2001 a taxa de crescimento anual dos preços dos bens manufaturados foi de -0,8%. Entre 2002 e 2009 a taxa de crescimento foi de 2,7%, contra 12,4% de crescimento dos preços do petróleo e 6,7% de aumento dos preços de artigos primários. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

limites da inserção externa dos países latino-americanos, dada a especialização na exportação de primários e da tendência observada à época de deterioração dos termos de troca.<sup>5</sup> A especialização produtiva e a heterogeneidade estrutural limitariam as possibilidades de avanço e acumulação de capital, implicando em permanente desequilíbrio externo, manutenção do desemprego e inflação. (BIELSHOVSKY 2000; PREBISCH, 1949).

Ainda segundo Prebisch as estruturas produtivas heterogêneas, caracterizadas por graus diversos de produtividade aliada à ausência de integração setorial fazia com que a produção latino-americana ficasse refém de uma pauta exportadora com demanda internacional pouco dinâmica, enquanto que a necessidade de importar impunha grandes exigências de divisas. Essa estrutura implicava em forte restrição externa, limitando as possibilidades de avanço. (PREBISCH, 1949).

A partir daí, contrariamente a visão tradicional do desenvolvimento, o enfoque estruturalista de Prebisch resulta em um imperativo político/normativo relacionado à necessidade de superar a condição periférica mediante um processo induzido de diversificação produtiva via industrialização, com forte atuação do Estado.

Um ponto importante da análise de Prebisch é a identificação de que o problema da restrição externa e da ausência de divisas resulta da forma de inserção dos países periféricos em uma conjuntura específica, marcada pela presença de um único centro cíclico principal, os Estados Unidos. Prebisch estava, portanto, tratando de um momento de transição, não apenas com relação à transformação das estruturas produtivas das economias primário exportadoras (rumo à industrialização), mas também com relação à transição do centro cíclico principal, que passava da Inglaterra para os Estados Unidos a partir do fim da Segunda-Guerra mundial.

Até o momento do pós-guerra, quando os Estados Unidos afirmam-se como centro cíclico principal, a Inglaterra havia assumido esta posição durante um longo período, caracterizado, sobretudo, pela montagem de uma extensa rede de comércio internacional a partir do centro inglês e onde os países periféricos tinham papel fundamental de fornecedores de uma demanda crescente por matérias-primas.

---

<sup>5</sup> A tese da deterioração dos termos de troca relacionava-se, como se sabe, ao fato de que os ganhos de produtividade da produção dos artigos industrializados nos países centrais não se revertiam em queda dos preços destes bens, devido as fortes pressões exercidas por uma classe trabalhadora organizada que impedia reduções de salário. Por outro lado, nas periferias, condições estruturais como a baixa produtividade faziam com que o preço dos bens primários exportados se mantivesse baixo. Haveria assim uma posição desfavorável da periferia com relação aos termos de troca no comércio internacional, que implicaria para os países periféricos em desequilíbrio do balanço de pagamentos e ausência de divisas necessárias para ampliar as importações. (PREBISCH, 1949).

A partir dos anos 50 e com o fim da Segunda-Guerra mundial os Estados Unidos avançam econômica e militarmente, assumindo a liderança do comércio internacional e afirmando-se como novo centro cíclico principal, em substituição à Inglaterra.

A partir desta nova configuração centrada na liderança norte-americana, observa-se gradativamente a alteração do sentido de complementaridade presente no período anterior, na medida em que o novo pólo, ao contrário do inglês, apresenta-se ao mesmo tempo como grande produtor e exportador de artigos industrializados e também como produtor de artigos primários, tanto combustíveis como minerais e agrícolas.

Nessa nova conjuntura, com os Estados Unidos avançando na produção doméstica de diversas matérias-primas, os países periféricos passam a ser confrontados com a concorrência externa dos bens primários e, mais ainda, com a queda dos termos de intercâmbio proporcionada pela alta dos preços dos bens industrializados relativamente aos preços dos bens primários, tal como descrito por Prebisch (1949). Com a ascensão dos Estados Unidos como centro cíclico principal chega ao fim, portanto, o sentido de complementaridade anteriormente observado no auge da hegemonia inglesa.

É justamente a partir desta mudança que Prebisch analisa a inserção dos países periféricos, evidenciando dois aspectos principais: primeiro a afirmação dos Estados Unidos como centro cíclico principal; e, segundo, a alteração do sentido de complementaridade característico do período anterior, que dá lugar a uma conjuntura muito mais competitiva. É a partir destas considerações que o autor argentino defenderá como prioridade a industrialização e a diversificação produtiva das economias periféricas primário-exportadoras.

Passados mais de 50 anos desde as publicações de Prebisch, observa-se nos anos recentes a formação de uma nova conjuntura na economia internacional que permite novas interpretações a respeito da inserção dos países periféricos.

Desde os anos 2000 tem se observado tanto o aumento das taxas de crescimento econômico dos países periféricos (ou em desenvolvimento) como uma maior contribuição destes países para o crescimento do PIB global e do comércio mundial, quando comparados à contribuição dos países centrais, como os Estados Unidos e os países da Europa. Países como China, Brasil, Rússia e Índia vem expandindo seu comércio externo e suas taxas de crescimento, através de uma ampliação de seus mercados domésticos e da intensificação do comércio realizado entre estes próprios países.

Nos últimos anos o ritmo de crescimento dos países periféricos tem sido maior quando comparado ao ritmo lento de crescimento (e até de crescimento negativo) das economias avançadas. De 1990 até 2000, a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 2,8% ao ano, enquanto a taxa dos países em desenvolvimento foi de 3,8%. De 2001 a 2010 a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 1,8%. Nos países em desenvolvimento esta taxa foi 6,3%. (IMF, 2013). No comércio internacional a participação dos países em desenvolvimento também supera as economias avançadas. De 2001 a 2010 as importações nas economias avançadas cresceram a uma taxa de 4,1% ao ano e as exportações a 3,8%. Já as economias em desenvolvimento apresentaram crescimento de 8,8% nas importações e 7,1% nas exportações. (IMF, 2013).

Essa nova conjuntura pode ser compreendida, segundo Medeiros, Serrano e Freitas (2013), a partir de três fatores: um deles é o aumento dos preços das *commodities* que tem levado a uma melhora dos termos de troca para os países periféricos primário exportadores; o outro é o acesso mais amplo aos fluxos de capitais para a periferia; e, por último, a ampliação das políticas de acumulação de reservas e expansão do mercado interno, principalmente no caso da China. Estes fatores, combinados à adoção de políticas anticíclicas empreendidas em diversos países, inclusive como uma forma de enfrentamento a crise dos anos 90, vem permitindo um relaxamento da restrição do Balanço de Pagamentos que se apresenta como fundamental para expansão do crescimento do PIB e do PIB per capita nos países em desenvolvimento. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

Esta realidade permite identificar uma tendência a partir da qual a taxa de crescimento dos países periféricos passa a ser mais autônoma com relação ao crescimento dos países industrializados, dado o relaxamento da restrição externa, a capacidade de expansão dos mercados domésticos e intensificação do comércio entre os próprios países em desenvolvimento, o comércio “Sul-Sul”.

Vale ressaltar que esta nova configuração e seus impactos para os países periféricos contrastam fortemente com a conjuntura observada nas últimas décadas do século XX. Nos anos 80 e 90, com exceção dos países asiáticos, a quase totalidade dos países periféricos, da América Latina e África, por exemplo, apresentaram não apenas baixíssimas taxas de crescimento, como também

uma ampla restrição externa imposta por crises de dívida e pela abertura financeira nos anos 90, tornando aquelas economias amplamente dependentes das economias centrais.

Em forte contraste com este período (e com a conjuntura do pós-guerra), observa-se nos anos recentes uma nova configuração da economia internacional marcada pela presença de pólos autônomos de crescimento que surgem em paralelo ao “centro cíclico principal”. Nessa nova configuração observa-se: o baixo crescimento das economias industrializadas; a alta liquidez internacional, mesmo depois da crise de 2008; a manutenção da taxa de juros dos EUA em níveis baixos; os preços altos das *commodities* em dólar; e por fim a reversão dos termos de troca. (MEDEIROS et al, 2013).

Boa parte destas transformações deve-se a expansão da China, principalmente pela contribuição do país na reversão dos termos de intercâmbio. Como apresentando anteriormente, tanto via efeito demanda por bens primários (que contribui para o aumento dos preços e do volume exportado) como pelo efeito custo que barateia os preços de artigos industrializados em todo o mundo, a expansão chinesa contribui como fator importante para o aumento dos preços relativos dos bens primários e, portanto, para a reversão dos termos de troca favoravelmente aos países periféricos primário exportadores. Além disso, a China se apresenta atualmente como uma fonte importante de Investimentos Diretos Externos realizados na última década e dirigidos aos países periféricos primários exportadores.

O crescimento da economia chinesa, a partir da entrada do país em um novo ciclo de crescimento, contribuiu na última década para uma mudança importante na configuração externa colocando o país como importante “centro cíclico” novo para produtores de matérias-primas.

Essa nova conjuntura permite que se fale da formação de um sentido de complementaridade na economia internacional, estabelecido entre as economias periféricas e os pólos centrais e que se diferencia bastante do ambiente competitivo observado no período anterior (a partir dos anos 50 com pólo central nos Estados Unidos).

Ao contrário do período anterior, a expansão da China tem permitido um aumento dos preços dos bens primários e do volume exportado, que se reflete em aumentos consideráveis das rendas de exportação e em um relaxamento da restrição externa para países periféricos primários exportadores.



Neste novo cenário observa-se uma conjuntura externa marcada por uma alteração e melhoria do quadro macroeconômico para diversos países periféricos, na medida em que possibilita maior equilíbrio do Balanço de Pagamentos e o relaxamento da restrição externa.

A partir desta nova conjuntura identifica-se um sentido de complementaridade entre os países periféricos e os centros, assim como se observava no período em que predominou a supremacia inglesa. O sentido de complementaridade se dá na medida em que a inserção dos países periféricos no comércio internacional ocorre em um ambiente mais favorável em que se ampliam as possibilidades para transformações de ordem interna.

Esta maior possibilidade de transformação interna se apresenta na medida em que a melhora do quadro macroeconômico e o crescimento baseado nas exportações amplia a margem de atuação das economias periféricas. Se a partir dessa conjuntura houver uma ampliação da atuação dos governos na expansão dos gastos públicos para ampliar o mercado interno e uma maior difusão dos investimentos (em infraestrutura, por exemplo) amplia-se a possibilidade destes países obterem avanços estruturais internos.

É importante ressaltar que a melhor conjuntura, embora promotora de melhores condições macroeconômicas, não garante por si só a mudança estrutural. É preciso diferenciar estes dois aspectos, ou seja, o aspecto macroeconômico e o aspecto estrutural.

Embora os países periféricos possam se beneficiar da nova configuração da economia internacional, isto só será uma oportunidade para um maior desenvolvimento se houver um esforço interno de construção de economias mais diversificadas e com maiores potenciais de acumulação de capital.

Com relação aos países africanos observa-se a partir dos anos 2000 uma expansão das taxas de crescimento econômico de diversos países a partir de uma expansão das exportações de artigos primários e melhoria do Balanço de Pagamentos. Os países africanos ampliam suas exportações em um contexto de alta dos preços de artigos energéticos e minerais, os quais são fortemente demandados pela China.

Cada vez mais os países da África tornam-se parceiros comerciais da China e em alguns casos substituem o intercâmbio com os países centrais em favor das relações com aquele país. Mesmo não exportando diretamente para a China os países do continente beneficiam-se de uma melhora dos preços de bens primários. Além desta melhor posição com relação ao comércio, os

países africanos vêm se tornando o destino de grandes volumes de investimentos realizados pela China, nas mais diversas áreas e setores, como será visto adiante.

A partir desta nova conjuntura e da posição chinesa nos anos recentes, a questão essencial que se pretende discutir é até que ponto a melhora do quadro macroeconômico dos países africanos, aliada a expansão dos investimentos e ajuda chinesa, vem permitindo aos países do continente deslocar a estrutura de especialização ou criar novas oportunidades de desenvolvimento via expansão do mercado interno.

Como dito, em que pese a configuração externa favorável, as possibilidades de avanço, mesmo que não estruturais, dependem fundamentalmente da adoção de políticas autônomas voltadas para a promoção do desenvolvimento. No caso dos países africanos tem-se um histórico em que os governos são quase na sua maioria caracterizados por acomodar-se a uma estrutura econômica primário-exportadora e pela ausência de uma atuação voltada para o desenvolvimento econômico e social, a partir da não utilização das rendas de exportação de produtos primários. Destaca-se assim que as possibilidades de avanço dependem de diversos fatores relacionados às disputas internas dentro das economias e da relação de diversos grupos de interesse com o Estado.

### **3) A retomada do crescimento africano e a contribuição chinesa – o caso de Angola**

Contrariamente ao quadro de recessão e crise das últimas décadas do século XX, nos primeiros anos do século XXI observa-se uma mudança na trajetória de grande parte das economias africanas. Após quase três décadas de crise de endividamento e recessão, a partir dos anos 2000 boa parte dos países do continente vêm apresentando sinais de avanço nas taxas de crescimento do PIB e PIB per capita e maior inserção no comércio internacional. Entre 2000 e 2010 o continente cresceu em média 5,12% ao ano, contra 1,59% de crescimento das economias avançadas no mesmo período e 2,76% de crescimento mundial (UNCTAD, 2012). A África Subsaariana cresceu 5,3% neste período.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Apesar do crescimento, o PIB per capita dos países africanos ainda é baixo, principalmente os da África Subsaariana. Em 2010, apesar dos mais de 1 trilhão de dólares, o PIB per capita da região foi de apenas 2,3 mil dólares. Ainda assim mesmo o PIB per capita de diversos países vem apresentando aumento. Em 1990 a média do PIB per capita da África Subsaariana era de 628,77 dólares, em 2010 já passa para 5748,93.

As respostas para os melhores resultados da década de 2000 relacionam-se em grande medida a uma melhora da inserção dos países africanos no comércio internacional, com as exportações de bens primários aumentando substancialmente. Além do petróleo e derivados, os países africanos possuem grandes reservas de bens minerais como aço, cobalto, bauxita, zinco, alumina, carvão entre outros. (World Mineral Production 2007-2011. Minerals UK, British Geological Survey). Beneficiados pela alta dos preços dos artigos primários os países africanos expandem suas rendas de exportação e atraem investimentos.

A maior parte das economias do continente depende muito das exportações de produtos primários. Na primeira década do século XXI a participação das exportações no PIB da África Subsaariana foi em média 32,4%. (World Bank, 2011). Países como Angola, Nigéria, Argélia e Sudão contam com alta participação das exportações no PIB. No caso de Angola, a participação das exportações é de 60% do PIB.

Dada a alta participação das exportações de primários no PIB, a melhora da inserção externa dos países africanos e o aumento das rendas de exportação têm sido fundamentais para o estabelecimento de um quadro macroeconômico mais favorável à expansão do crescimento.

Após uma guerra civil de mais de 27 anos e que termina apenas em 2002, Angola é um dos países da África Subsaariana que mais cresce nos anos recentes. Entre 2000 e 2009 o país cresceu a uma taxa de 10% ao ano e em 2011 o PIB alcançou os 116 bilhões de dólares. Com uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes e uma área de cerca de 1,2 milhões de km quadrados, Angola tem quase metade da sua população vivendo na capital Luanda, que concentra entre 80 e 90% da atividade econômica do país. (IMF, World Economic Outlook Database, 2013).

De 2001 a 2008 o país apresentou taxas altas de crescimento do PIB anual, acompanhado por um aumento também do PIB per capita. Apesar na crise de 2008 o país vem se recuperando a partir de 2009 e mantém crescimento significativo de 8.2% em 2013 e 7,8% em 2014. (African Economic Outlook, 2012)

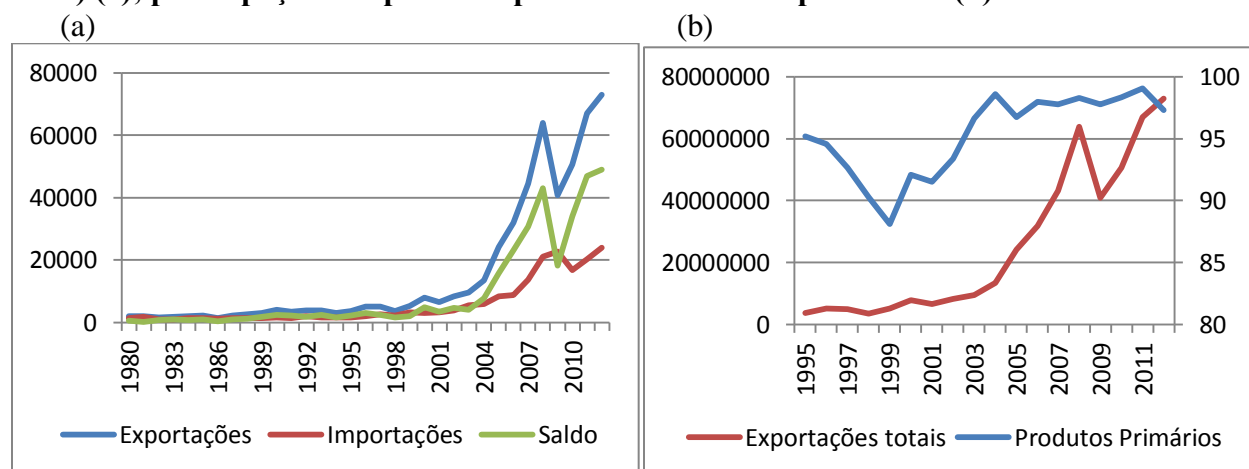
O crescimento recente do país relaciona-se principalmente a expansão do setor de energia, principalmente a indústria de exploração de petróleo, recurso que o país dispõe em larga escala. A expansão também é apoiada no crescimento dos setores de construção, infraestrutura e transporte, resultante de um esforço de recuperação do país destruído pela guerra.

Angola dispõe de amplas reservas de recursos naturais, principalmente de petróleo, além do gás e diamante. O país é o terceiro maior produtor de petróleo da África, atrás da Nigéria e da Líbia<sup>7</sup>. Em 2007 tornou-se o décimo segundo membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os recursos naturais do país, principalmente o petróleo, vêm sendo exportados em volumes cada vez maiores desde o início dos anos 2000 e as rendas de exportação tem fornecido uma base importante para a redução da vulnerabilidade externa do país, a ampliação do gasto público e dos investimentos, principalmente no setor de construção e infraestrutura.

O comércio externo portanto tem sido fundamental para melhoria das condições macroeconômicas. As exportações expandiram-se a uma taxa de 24.8% entre 2001 e 2010 e as importações a uma taxa de 21%. Os recursos primários representam a maior parte das exportações do país, com as exportações de petróleo representando 97% das exportações angolanas em 2010, seguido pelos diamantes (2%) e gás e café (0,5%). O gráfico abaixo apresenta os resultados da balança de comércio angolana.

**Gráfico – Angola: Exportações, Importações e Saldo comercial (bilhões de dólares) (1980-2012) (a); participação dos produtos primários no total exportado % (b)**



Fonte: Unctad, Unctastat Database, 2013.

<sup>7</sup> A África como um todo dispõe de 9.5% dos depósitos de petróleo mundiais em 2010. Nas últimas décadas houve um crescimento expressivo das reservas no continente. As principais reservas são localizadas na Líbia (46.4 bilhões de barris), seguida pela Nigéria (37.2), Angola (13.5) e Argélia (12.2). Em termos de produção diária em primeiro lugar está a Nigéria, com 2.4 milhões de barris por dia e depois Angola com 1.9 milhões bpd. Power e Alves (2012 )

### 3.1. Comércio China-Angola

As relações entre China e Angola remetem aos anos 60 no contexto da luta pela independência do país e das disputas internas envolvendo os três grupos rivais (MPLA, UNITA e FNLA). Assim como em diversos outros países do continente, a China se aproxima de Angola disputando com a União Soviética o apoio ao MPLA, grupo ligado à ideologia socialista. Perdendo a disputa com a rival URSS, acaba apoiando o rival UNITA, grupo que também recebia apoio e suporte das potências ocidentais.

Apesar da ligação da China com o UNITA durante a guerra civil, as relações diplomáticas oficiais com Angola foram estabelecidas já em 1983. Mas apenas em 1999 depois do primeiro encontro sino-angolano (Sino-Angolan Joint Economic and Trade Commission) as relações comerciais começaram a expandir e a se fortalecer, ganhando ímpeto a partir do fim da guerra e da abertura do MPLA em aceitar a ajuda chinesa.

O comércio bilateral entre China e Angola correspondeu em 2010 a mais de 23 bilhões de dólares. As exportações angolanas para China corresponderam a um total de cerca de 21,7 bilhões de dólares, enquanto as importações do país a partir da China foram de 2,1 bilhões. Angola está portanto entre os países africanos que apresentam superávit no comércio com a China.

O volume exportado para a China aumentou consideravelmente na década de 2000. Em 2010 as exportações chinesas já representavam 43,1% das exportações totais do país, seguido pelos Estados Unidos (23.2%), Índia (9.2%), França (4.0%) e outros. Do lado das importações a China tem uma participação menor (17% em 2012), em meio a outros parceiros tradicionais, como Portugal (cujas importações em 2012 corresponderam a mais de 30% do total), Estados Unidos (11%), Brasil (9,19%) e África do Sul (9%).<sup>8</sup> O superávit angolano com a China reflete portanto tanto o aumento das exportações como a menor participação das importações chinesas no total importado. (UNCTAD).

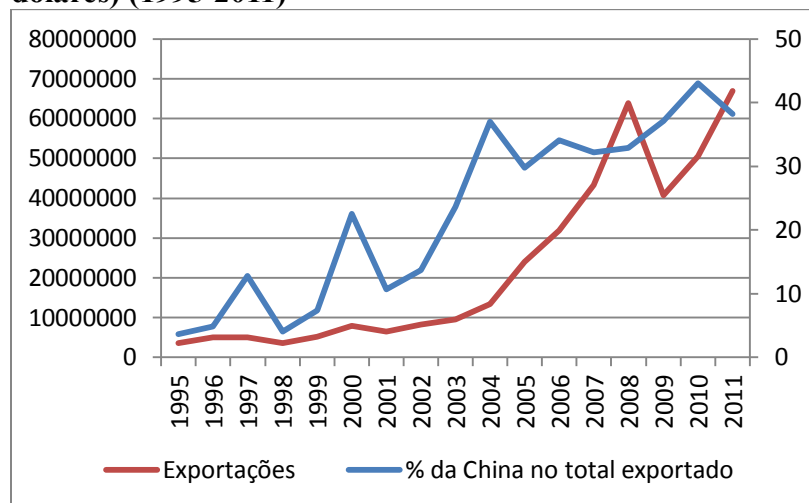
A quase totalidade das exportações angolanas para a China são de petróleo (99% do total exportado). Com relação as importações a partir da China observa-se a presença principalmente de

---

<sup>8</sup> Segundo CCS (2007) a manutenção das importações a partir dos países ocidentais - europeus inclusive - reflete uma característica do padrão de consumo das elites angolanas. Ao contrário de grande parte dos países africanos que importam cada vez mais os produtos mais baratos chineses, Angola continua importando a partir de outros países pois o país apresenta um alto padrão de consumo das elites locais, que acabam influenciando o perfil das importações.

artigos manufaturados (96%), entre estes 42.3% de máquinas e equipamentos de transporte e 53,6% de artigos manufaturados diversos como têxteis, vestuários.

**Gráfico – Angola: Exportações totais e participação da China no total exportado (bilhões de dólares) (1995-2011)**



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2012.

A China é atualmente o maior parceiro comercial de Angola nas exportações. A taxa média de crescimento das exportações angolanas para China foi de 70% entre 1995 e 2010 e as importações a 50% ao ano. O país africano já é a segunda maior fonte de fornecimento de petróleo para China, atrás da Arábia Saudita. O país é visto como estratégico para manutenção do fornecimento de petróleo. (BLANKENDAL, 2007).

A vasta disponibilidade das reservas de petróleo tem atraído as empresas chinesas – como a gigante estatal Sinopec - interessadas na garantia do fornecimento do combustível, dado o aumento da demanda interna de energia para uso industrial e também para atender à expansão do consumo de automóveis do país asiático.

Cada vez mais as empresas chinesas ganham espaço no país, graças a capacidade financeira chinesa de ampliar os créditos e empréstimos que são concedidos ao governo angolano por meio de instituições financeiras e também à urgência destes recursos em Angola para fazer frente às necessidades de reconstrução depois do fim da guerra civil.

### 3.2. China e Angola: Fluxos financeiros e Investimentos

Angola é um caso ilustrativo da maneira como a China vem se aproximando dos países africanos a partir de uma articulação interna que combina esforços do Governo, instituições financeiras e empresas estatais. Desde o fim da guerra civil no país, grandes volumes de empréstimos vêm sendo concedidos pelas instituições financeiras chinesas ao governo angolano a taxas muito favoráveis, prazos longos e sem condicionalidades, fazendo com que as empresas chinesas tenham cada vez mais acesso ao país, em detrimento de tradicionais parceiros e das instituições bilaterais.

Segundo Malaquias (2012) com o fim da guerra tornou-se urgente em Angola a ajuda financeira externa para a reconstrução da infraestrutura. Contava-se a princípio com a ajuda de países ocidentais, como Estados Unidos, e das instituições bilaterais como Banco Mundial e FMI. No entanto, houve muita relutância por parte de países ocidentais em fornecer empréstimos a Angola, muito em função de acusações de prática de corrupção, desvio de dinheiro e de recursos do FMI. Países como Estados Unidos e também as instituições bilaterais exigiam melhora da governança e combate a corrupção como condição pra realizar empréstimos.

Mas o país devastado pela guerra não podia atender às condicionalidades impostas pelos países ocidentais e nem esperar por uma transformação imediata de suas instituições. A partir daí a ajuda chinesa passa a ser fundamental como alternativa de financiamento.

Além da disponibilidade de grande volume de empréstimos a partir das instituições como o EximBank e o China Development Bank, os empréstimos chineses poderiam vincular-se a projetos de longo prazo, principalmente na área de infraestrutura e construção, ao contrário do perfil dos empréstimos das instituições bilaterais, como FMI e Banco Mundial que eram ligados cada vez mais a projetos para áreas sociais, de educação, saúde e ajuda humanitária, mas não em grandes projetos de infraestrutura. (FERNANDES,2012).

A partir desta conjuntura, a China aparece para Angola como uma parceira ideal. Segundo Power e Alves (2012) as instituições financeiras chinesas: o Export-Import Bank of China, o Industrial and Commercial Bank of China e o China Development Bank– gastaram no total mais de 14 bilhões de dólares em créditos para Angola desde 2002. A maior parte destes créditos foram concedidos principalmente via EximBank.

Em Março de 2004 durante a visita do primeiro ministro chinês Zhang Peiyang's em Angola, o China EximBank concedeu uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares para o governo angolano, a primeira parcela foi concedida em Setembro de 2004 e a segunda em março de 2005. O empréstimo foi aumentado em 1 bilhão de dólares 2006, fazendo da China o maior parceiro no processo de reconstrução de Angola. Em Maio de 2007 mais 1 milhão de dólares foram agregados ao empréstimo para ações complementares. Ainda em Julho de 2010, o ministro das finanças de Angola confirmou que negociações estavam em andamento para fechar um empréstimo de 6 bilhões de dólares a partir do China EximBank, o que completa um total de cerca de 10,5 bilhões de créditos apenas do China Exim Bank para Angola. (CORKIN, 2012; CCS,2007; Blankendal,2008; Power and Alves,2010). Os empréstimos via EximBank foram negociados para serem pagos em 17 anos, com taxa de juros de 1,5%. Em troca a China tem direito a compra de 10 mil barris de petróleo por dia.

Os recursos concedidos pelo banco chinês foram em sua maior parte utilizados para financiar grandes projetos de infraestrutura em Angola, como o aumento das redes de transportes, rodovias, ferrovias, além de construção de escolas e hospitais no interior do país e também aeroportos e portos. (POWER e ALVES, 2012).

Além dos empréstimos via EximBank e de outras instituições financeiras formais, instituições financeiras privadas chinesas também expandiram créditos para Angola, por meio de canais paralelos aos canais oficiais. O China International Fund Ltd (CIF) é o maior exemplo, segundo Corkin (2012). Trata-se de uma companhia privada criada e baseada em Hong Kong em 2003, para facilitar o crédito e o financiamento de projetos na África. O volume de financiamento que o CIF opera é entre 2.9 e 9 bilhões de dólares. Os recursos a partir deste fundo foram utilizados para financiar projetos de construção de aeroportos, estradas e ferrovias em Angola. (CORKIN, 2012).

O fluxo de recursos a partir da entrada dos empréstimos chineses vem sendo fundamentais para que o país africano se abra para a entrada das empresas chinesas no país. A maior parte dos projetos na área de construção e reabilitação da infraestrutura em Angola são feitos por empresas chinesas, que entram no país a partir da disputa de licitações e contratos públicos. Mesmo que parte destes concursos (cerca de 30%) sejam destinados a empresas nacionais, as empresas chinesas vêm



monopolizando os projetos, dado que poucas empresas nacionais podem se responsabilizar por projetos de grande porte como construção de portos, estradas e aeroportos.

Estes investimentos, aliados aos investimentos para extração de petróleo foram o núcleo dos IDEs chineses em Angola nos últimos anos. Em 2010 as empresas chinesas investiram cerca de 100 milhões de dólares em Angola em setores diversos como extração de petróleo e também construção e telecomunicações.

É importante ressaltar que muitos investimentos feitos por empresas chinesas em Angola na área de infraestrutura e construção não são computados como IDEs e sim dentro daqueles valores referentes aos empréstimos do EximBank e outros. Os IDEs de fato, declarados pelo Ministério do Comércio chinês, representam assim apenas uma parte dos fluxos financeiros, realizados tanto por empresas estatais que expandem suas atividades no país, como por empresas privadas que vão sendo conduzidas para Angola muitas vezes a partir do avanço das grandes empresas.

Os IDEs chineses tem tido grande importância para Angola e para o processo de reconstrução do país a partir de 2002. As empresas da área de petróleo e construção entram muitas vezes substituindo empresas portuguesas, brasileiras (Odebrecht) e sul africanas que operavam a algum tempo em Angola. (CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2005).

Os investimentos chineses são dirigidos principalmente para setores de indústria extrativa de petróleo, para o setor de infraestrutura – construção e de telecomunicações – e também de manufatura. Empresas da área de petróleo como a Sinopec, da área de construção como a China National Engineering Corporation, a China Road and Bridge Corporation (CRBC) e a gigante China State Shipbuilding Corporation (CSSC) são algumas das principais no país, além das ligadas ao setor de telecomunicações, como a ZTE, a Huawei. (CENTRE OF CHINESE STUDIES, 2007).

O petróleo é o principal foco dos investimentos chineses. É a garantia do controle das reservas angolanas que dita os grandes volumes de empréstimos, os projetos de cooperação e acordos comerciais entre China e Angola.

O caso mais expressivo dos IDEs da área de petróleo é o da aproximação da estatal chinesa Sinopec (China Petroleum and Chemical Corporation), a segunda maior do petróleo na China. Ainda nos 90 a empresa se aproxima de Angola comprando direitos de exploração do petróleo até então controlado pela francesa French Total. Em 2004 a Sinopec começa a investir em Angola, logo depois do pagamento da primeira parcela do empréstimo do EximBank no país. Neste mesmo ano,

em setembro de 2004, a Sinopec propôs a formação de uma *joint-venture* com a estatal angolana Sonangol. Seria criada uma nova empresa que uniria a estatal de petróleo chinesa e a estatal angolana formando a Sonangol-Sinopec International (SSI)<sup>9</sup>. (CCS, 2007; POWER e ALVES, 2012; BLANKENDAL, 2008).

Na área de construção e infraestrutura de transporte as empresas chinesas investem em Angola em grandes projetos de construção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. A China Road and Bridge Corporation (CRBC) foi contratada para o projeto da estrada Luanda-nordeste (371 km de estradas que liga Luanda ao nordeste do país) e investiu 30 milhões em equipamentos. A CRBC também construiu 172 km de estrada entre Ondjiva e Huambo. Projetos de reparações de ferrovias também foram feitos por empresas chinesas. O mais expressivo é a reparação e reconstrução da ferrovia Benguela Railway, uma artéria importante que liga em mais de 1.300 km a cidade de Benguela, no litoral, a Luau, fronteira com a República Democrática do Congo. A ferrovia construída pelo governo britânico no final do século XIX foi quase totalmente destruída na guerra. Em 2006 o projeto de reconstrução foi estimado em 300 milhões de dólares. Empresas chinesas assumiram o projeto a partir do financiamento pelo China International Fund Ltd (CIF), em uma linha de crédito gerida a partir do GRN. Além da ligação de toda a extensão do país (leste-oeste) o projeto também expande a ferrovia até o país vizinho, Zâmbia. A ligação é fundamental para escoamento das minas de cobre do país da Zâmbia, pelos portos de Angola.

Outros projetos da área de infraestrutura e construção também contam com participação das empresas chinesas, como o aeroporto Bom Jesus em Luanda e o Hospital Geral de Luanda que ocupa 800 mil metros quadrados na cidade, construído em 2006 pela chinesa Chinese Overseas Engineering Company.

Além dos investimentos da área de energia/petróleo, as empresas chinesas também se aproximam de Angola para expansão do setor de telecomunicações do país. Em 2006 a chinesa ZTE investiu cerca de 400 milhões de dólares em Angola na indústria de Telecom, a partir de um acordo firmado com a angolana Mundo Startel, para construção de infraestrutura física para expansão da

---

<sup>9</sup> A nova empresa passaria a controlar a maior parte da exploração de reservas do país, em níveis de exploração correspondentes a cerca de 4 bilhões de barris, totalizando quase 2,4 bilhões de dólares. A partir da criação da empresa, aos poucos a Sinopec – por meio da SSI - foi ampliando a participação em outros campos de exploração do petróleo em Angola, por meio de financiamentos chineses. Após ampliar a participação na exploração de campos de petróleo, a Sinopec empenhou-se para criação de uma refinaria em Lobito, a Sonaref, em um investimento total de 3.5 bilhões divididos entre a Sinopec e a Sonangol, com capacidade para 240 milhões de barris por dia, aumentando muito a capacidade de refino em Angola. Do montante refinado, 80% seriam para exportação.

rede de telefonia e também para sistema de comunicação militar do país. A ZTE investiu também na construção de fábricas de aparelhos celulares e na criação de um instituto de treinamento em telecoms direcionado para trabalhadores angolanos, além de um laboratório de pesquisa. (CCS, 2007).

Os empréstimos e investimentos chineses em Angola são acompanhados de outras formas de ajuda, tais como cancelamento de dívidas e garantias e projetos de cooperação e assistência técnica e programas de treinamento, projetos de assistência médica, melhorias de serviços básicos como fornecimento de água e saneamento foram realizados por empresas chinesas em Angola. Além do envio de 10 mil técnicos agrícolas para África enviados para províncias do interior de Angola.

#### **4) A expansão chinesa e a nova conjuntura em Angola**

A economia angolana é fortemente dependente do setor de energia e da venda do petróleo. Em 2012 a produção de petróleo correspondeu a cerca de 47% no PIB, 90% das exportações e 80% da renda do governo. Outros setores da economia angolana vêm se expandindo como o de diamantes e gás e o setor de construção tem tido importante papel na expansão econômica, além do setor de serviços (comércio atacado e varejo) e manufatura. Entre 2001 e 2010 o setor de serviços cresceu a uma taxa de 13% ao ano e o setor de manufatura a 17% embora ainda representem parte pequena da economia do país. A participação da agricultura no PIB continua baixa, cerca de 10%, mas apresentou um crescimento anual de 14% ao ano desde 2001, um ritmo de crescimento importante. (African Economic Outlook, 2012).

Embora o setor de mineração (a indústria do petróleo) corresponda à maior parcela do PIB angolano ele incorpora cerca de 1% apenas da oferta de trabalho disponível no país que corresponde a mais de 7 milhões de pessoas. (World Bank). A taxa de desemprego é alta, em média 26% desde os anos 2000. O setor primário agrícola, embora precário, incorpora 85% da força de trabalho e o setor de serviços o restante.

Como apontado anteriormente, o aumento das rendas da exportação de petróleo, devido o aumento no volume exportado e a alta dos preços, representaram receitas fundamentais para Angola e explicam a melhoria das condições macroeconômicas do país. O aumento das despesas internas,

tanto das famílias como do governo, bem como a expansão do investimento permitiram a expansão econômica da década de 2000. A Tabela abaixo apresenta os resultados do PIB decomposto.

**Tabela – Angola: PIB decomposto Gasto e Despesas (% no PIB e taxa de crescimento anual) 1985-2010\***

|  | % PIB |      |      |      | % PIB (crescimento anual) |           |           |
|--|-------|------|------|------|---------------------------|-----------|-----------|
|  | 1985  | 1994 | 2005 | 2010 | 1985-1994                 | 1995-2004 | 2001-2010 |
| Despesas de consumo Final das Famílias | 39,3  | 33,8 | 38,8 | 50,3 | -3                        |           | 48        |
| Despesas de consumo Final do Governo   | 32,4  | 40,1 | 20,0 | 17,6 | 2,2                       |           | 30,4      |
| Formação Bruta de Capital              | 17,3  | 30,5 | 8,8  | 12,7 | 56,7                      | 21,5      | 41,5      |
| Gasto Doméstico Bruto                  | 89,6  | 90,5 | 67,6 | 80,5 | -1,7                      | 36,0      | 38,2      |
| Exportações de Bens e Serviços         | 35,7  | 85,4 | 86,0 | 62,4 | 7,5                       | 19,5      | 24,8      |
| Importações de Bens e Serviços         | 25,3  | 75,9 | 53,6 | 42,9 | 2,6                       | 17,0      | 21,4      |

Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2013. \*Dados referentes aos anos 1995 a 1999 não estão disponíveis

Nos últimos anos observa-se o crescimento tanto das exportações, como da Formação Bruta de Capital e do Gasto Doméstico Bruto (das famílias e do Governo). Essa capacidade de gasto interno explica-se pela folga da conta corrente devido ao aumento das receitas de exportação de petróleo. Embora o governo siga uma política de controle das despesas, os gastos do governo crescem ao longo dos anos, ligados a gastos em serviços públicos como saúde e educação. Houve inclusive uma reversão do déficit fiscal do governo de 4.9% do PIB para um superávit de 7.3% em 2011. (Africa Economic Outlook, 2012).

A ampliação do gasto do governo ocorre por meio de programas criados desde o fim da guerra civil dirigidos a diminuição da pobreza e expansão da economia. Com o Programa Nacional de Combate à Pobreza (PNCP), por exemplo, o governo vem ampliando os gastos em construção e reabilitação de hospitais, centros de saúde e escolas. Já o Água para Todos, programa ligado ao PNPC, beneficiou mais de 600 mil pessoas através da construção de sistemas fornecimento de água e poços artesianos. Os gastos do governo destinaram-se ainda a compra de geradores de energia, além da construção de casas, quadras esportivas, centros infantis comunitários e mercados municipais. (África 21, 2013).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Embora o PNCP seja elogiado como mecanismo de melhoria das condições de vida da população mais pobre, membros de organizações civis do país fazem críticas ao programa, por ser muito centralizado pelo Executivo e não pensar em projetos de forma ampla. Como no caso da agricultura onde apesar da ampliação do gasto do governo via crédito para população rural, não houve melhorias na assistência técnica à agricultura, nem para escoamentos de produtos ou produção de sementes e agroindústrias. (Africa 21).

Desde 2002 o governo vem se empenhando no combate a pobreza, através da criação de programas específicos como o Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Básicos, criado em 2003, que vem reforçar outros já implementados, como o Fundo de Apoio Social, o Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional e o Programa Nacional de Emergência para Assistência Humanitária (PNEAH) de populações deslocadas pela guerra.

O gasto público também se concentrou na expansão do crédito, através do Programa de Microcrédito criado pelo governo em 2011, para apoiar iniciativas de negócios no meio rural, e do Programa Meu Negócio Minha Vida, que concedeu financiamentos provenientes do Banco de Poupança e Crédito (BCP) e do Banco de Comércio e Indústria (BCI).

Aliado ao aumento do gasto interno observa-se uma expansão da Formação bruta de capital de 41% entre 2001 e 2010, que representa uma expansão do Investimento. O investimento total entre 2000 e 2010 correspondeu em média a 13% do PIB. Até 2005 a taxa era de 12,5%. Entre 2006 e até 2012 a taxa média de investimento foi de 13,9%. (IMF, 2013). Os investimentos têm ocorrido principalmente no setor de construção civil, grande parte a partir de empresas chinesas que se aproximam do país, como se verá adiante.

O ambiente de maior equilíbrio macroeconômico fornecido pelo aumento das exportações também contribui para a queda da dívida externa, para o superávit no Balanço de Pagamentos e para melhora dos índices de inflação. (World Bank. World Development Indicators Database, 2013)

Aliado a melhora das condições econômicas do país observa-se uma melhora das condições de vida da população. O índice de desenvolvimento humano (IDH) que em 2000 era de 0.403 passa para 0.48 em 2011. (MONAWEZA, África 21, 2013, p. 20-21). O índice de Gini melhorou passando para 0.42 em 2009, contra os 0.5 em 2000. O índice de pessoas que se encontram em situação de pobreza no país caiu de 70% entre 2000 e 2001 para 37%, segundo dados do Inquérito Integrado de Bem-Estar da população (IBEP). No início da década 54.3% da população de Angola vivia com menos de 1.25 dólares por dia. Em 2009 o total de pessoas nessa situação caiu para 43.4%. (World Bank, 2013). A Tabela abaixo apresenta alguns resultados com relação à concentração de renda e pobreza.

**Tabela - Angola: Indicadores de Pobreza e Desigualdade (1990-2010)**

|      | 1990-1999 | 2000  | 2009  | 2000-2010 |
|------|-----------|-------|-------|-----------|
| Gini |           | 0.586 | 0.427 |           |

|  |        |       |       |        |
|--|--------|-------|-------|--------|
| Human Development Index (UNDP)                   |        | 0.375 | 0.484 | 0.460  |
| % da pop. vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia |        | 54.3  | 43.4  |        |
| Mortalidade infantil (cada mil nascimentos)      | 132.39 | 118.7 | 100   | 108.17 |
| Expectativa de vida (idade)                      | 42.26  | 45    | 50    | 48.47  |
| Anos de escolaridade esperado                    | 3.95   | 4.6   | 10.2  | 6.46   |

Fonte: World Bank, World Development Indicators, Database, 2013; HDI: International Human Development Indicators (UNDP), 2013

## 5) Conclusões

Como observado a expansão chinesa recente vem promovendo mudanças importantes no comércio internacional, relacionada principalmente a melhora dos termos de troca para produtos primários e, conseqüentemente, a melhora do quadro macroeconômico para países primário exportadores. Como discutido, no caso de Angola, o crescimento do país relaciona-se fortemente a esta conjuntura e a ampliação do volume exportado, principalmente de petróleo.

Além disso, como observado, a presença chinesa no país é marcante desde o fim da guerra. Os contratos de exploração de petróleo foram acompanhados de grandes volumes de empréstimos oferecidos pelas instituições financeiras chinesas, fundamentais na continuidade dos projetos de reconstrução do país. A presença chinesa em Angola ultrapassa portanto os limites das importações de petróleo e dos IDEs a ele relacionados, contribuindo para expansão interna no país na primeira década do século XXI.

O quadro macroeconômico mais favorável, relacionado ao aumento das exportações e a redução da vulnerabilidade externa vem permitido ao governo angolano certa ampliação do gasto interno e um crescimento sustentado pelos investimentos e consumo interno.

Apesar desse quadro, como ressaltado na primeira sessão, é preciso diferenciar os aspectos macroeconômico do aspecto estrutural. A mais recente expansão chinesa, ainda que promova em termos macroeconômicos uma melhora da conjuntura externa e das condições e possibilidades de avanço, não representa necessariamente novas possibilidades de avanço estrutural dos países periféricos, entre eles Angola.

Diversas críticas têm sido feitas à aproximação chinesa em Angola. Algumas delas são dirigidas, por exemplo, às empresas de construção chinesas, acusadas de não utilização de mão de obra angolana, mesmo diante de uma lei no país que obriga 70% de trabalho angolano no setor de construção. O argumento das empresas chinesas é que as empresas não encontram trabalho qualificado suficiente para ocupar determinados cargos, tendo por isso que empregar mão de obra chinesa. Outras críticas são feitas, de acordo com Alves (2012) com relação aos acordos de exploração de petróleo. A criação da refinaria chinesa de petróleo gerou uma série de divergências entre as duas estatais com relação ao controle e o destino do petróleo refinado. Membros da Sonangol afirmavam que a Sinopec estava ampliando muito o controle do petróleo do país e que o processo de refino poderia ser disputado por outras empresas internacionais e não apenas a estatal chinesa. (Alves, 2012).

E, principalmente, muitas críticas se dirigem à elite de Angola e ao governo, que, segundo se argumenta, é a principal beneficiária da aproximação chinesa. Mesmo com a expansão dos projetos em infraestrutura e a melhora relativa dos índices sociais a elite do país não parece disposta a criar mecanismos voltados para o desenvolvimento social da população. Nem mesmo o governo, apesar dos gastos sociais, parece estar comprometido com uma transformação mais profunda no país a partir da ajuda externa. Segundo Power e Alves (2012) as elites políticas têm interesse em manter um monopólio sobre a atividade econômica existente e em manter a estrutura de dominação que sempre existiu no país. A elite se alia ao Estado fortalecendo-se a partir da expansão das rendas de exportação do petróleo e dos empréstimos chineses. (POWER e ALVES, 2012).

Embora os recursos chineses venham sendo amplamente utilizados para o financiamento de diversos projetos em Angola, há um debate com relação ao uso indevido dos recursos que vem entrando no país através das linhas de crédito chinesas, principalmente através destes canais paralelos, como o CIF. (Power and Alves, 2012). Alguns autores alertam para a corrupção e o uso indevido dos recursos por parte de membros do governo e das empresas estatais de Angola. Apesar

dos empréstimos chineses não circularem dentro do sistema bancário angolano e serem controlados diretamente pelo EximBank, denúncias de corrupção foram feitas ao longo da década. Em 2005, por exemplo, o ministro da finança angolano José Pedro de Moraes foi acusado de apropriação indébita dos fundos do Eximbank. (CORKIN, 2012).

Nesse sentido entende-se que a análise da melhora das condições macroeconômicas que surgem a partir da entrada da China como novo pólo de comércio externo deve ser confrontada com uma discussão sobre os limites do avanço estrutural, sejam eles relacionados a estruturas econômicas historicamente debilitadas ou a disputas políticas internas relacionadas a questões sociais e de classe.

### Referências Bibliográficas

- ALVES (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.
- ALVES, Ana Cristina. (2012). “Taming the dragon: China’s oil interests in Angola”. In: POWER; ALVES (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.
- ARNOLD, Guy. (2008). “*Historical dictionary of civil wars in Africa / Guy Arnold. — 2nd ed.*”. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Maryland. Toronto. Plymouth, UK
- BIELSHOVSKY, Ricardo. (2000). “*Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*” – Vol 1 e 2. Editora Record.
- BIJIAN, Zheng (2005). “Chinas’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status”. In: *Foreign Affairs*, Vol. 84 n. 5.
- BLANKENDAL, Nzinga (2008). “*China’s Energy Supply Security: The Quest for African Oil*”. Msc Political Science Thesis (International Relations). International School for Humanities and Social Sciences University of Amsterdam.
- CENTRE FOR CHINESES STUDIES. (2007). “*China’s Engagement of Africa: Preliminary Scoping os African case studies*”. Centre for Chinese Studies, Stellenbosch, South Africa.
- CORKIN, Lucy. (2012). “Angolan political elites’ management of Chinese credit lines.” In: POWER; ALVES (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press
- FERNANDES, Sofia. (2012). “China and Angola: a strategic partnership?”. In: POWER; ALVES (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press



JENKINS, Rhys. (2011). “El “efecto China” en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América Latina”. *Revista da Cepal*, 103. Abril.

MALAGUIAS, Assis. (2012). “China is Angola’s new best friend – for now.” In: POWER; ALVES (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.

MEDEIROS C. A. DE; SERRANO, F.; FREITAS, F. (2013). “*The Decoupling of Economic Growth of the Developing Countries in the Last Decade*”. Paper elaborado para o World Keynes Conference at Izmir Economics University 26-29th of June 2013

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2009). “*Padrões de Investimento, Mudança Institucional e Transformação Estrutural na Economia Chinesa*”. Trabalho elaborado para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE). Não publicado.

MONAWEZA, Divina. (2013). “*Pobreza em Angola – A luta contra a pobreza*”. In: África 21 – Revista de Informação, Economia e Análise. Luanda, Angola. No 73 – Abril.

POWER, Marcus; ALVES, Ana Cristina. (2012). “*China anda Angola – A marriage of convenience?*”. Pambazuka Press.

PREBISCH, Raul. (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”. In: BIELSHOWSKY (2000). “*Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*”

RODRÍGUEZ Octavio. (2009). “*O Estruturalismo latino-americano*”. 1º Edição. Editora Civilização Brasileira.

UNCTAD

BRITISH PETROLIUM, (2009). “Statistical Review of World Energy”. <http://www.bp.com/>

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Database. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). “*Statistical Bulletin of China’s Outward Foreign Direct Investment (vários anos)*”. <http://english.mofcom.gov.cn/>

WORLD BANK